

Reforma precisa combater mercantilização

01/05/2004

Proposta do MEC reforça supremacia do ensino privado.

O Governo Federal anuncia para 2005 a realização de uma reforma universitária. Pelo caráter estratégico da produção de conhecimento e do desenvolvimento tecnológico na conformação de um projeto de nação, este debate assume grande relevância no processo de disputa de rumos do governo Lula. O conteúdo desta reforma tende a ser um indicador do modelo de desenvolvimento que se pretende praticar no país.

Durante o século XX, a Universidade refletiu de forma dramática a alternância de hegemonias na sociedade brasileira. Sempre que um projeto político de inspiração desenvolvimentista e afirmação dos interesses nacionais adquiriu fôlego, buscou-se estabelecer nas universidades um modelo de ensino compatível com essas aspirações. Da mesma forma, sempre que opiniões conservadoras, liberais ou autoritárias prevaleceram, a Universidade sofreu forte pressão para abrir mão de seu compromisso republicano.



Um mau começo

O Ministro da Educação, Tarso Genro, optou por iniciar esse processo com uma iniciativa de forte apelo midiático. Logo após sua posse, apresentou o programa “Universidade para Todos”. A repercussão na imprensa e o amplo debate suscitado evidenciam o óbvio: a democratização do acesso à universidade deverá ser o tema que despertará maior atenção da opinião pública no debate sobre a reforma universitária.

O que está sendo proposto, no entanto, não é “estatização”, como tem sido dito, mas sim

compra de vagas. A proposta propõe a isenção de todos os impostos e contribuições federais às universidades privadas que aderirem ao programa. Em contrapartida, as instituições deverão oferecer 10% de suas vagas ao MEC. As universidades federais se responsabilizariam pela distribuição das vagas.

É grande a expectativa da sociedade brasileira, em especial da população mais pobre, em ver ampliadas as possibilidades de ingresso no ensino superior. O debate crítico acerca do projeto “Universidade para Todos” deve ser feito em diálogo com esta enorme expectativa.

Por que o projeto é ruim

Primeiramente, o MEC traz uma proposta de democratização do acesso que tem como centro a oferta de vagas no ensino privado, e não na rede pública. Também é absolutamente questionável a proposta de conceder às instituições filantrópicas a possibilidade de se transformarem em empresas, permitindo-lhes acumular lucro e dividi-lo entre seus sócios.

Para avaliar a proposta do MEC, é preciso também que se considere o atual quadro de crise do ensino superior privado no Brasil. A expansão desenfreada do ensino privado desde 1994 deu origem a um modelo de baixa qualidade e extremamente caro. Como resultado, 37,5% das vagas no ensino privado estão ociosas, apesar da alta demanda. No início do governo FHC, 69% das vagas da graduação estavam concentradas no ensino privado. Hoje já são 83,3% nessas instituições contra apenas 16,7% nas públicas (ver tabela). O alto índice de inadimplência e o número elevado de vagas ociosas são sintomas da crise deste modelo, em que a educação superior foi transformada em artigo de luxo.

O “Universidade para Todos”, ao sugerir isenção fiscal em troca de vagas que já estão ociosas, funcionará, na prática, como uma política de socorro às instituições particulares, reforçando a supremacia do privado sobre o público. Além disto, como a expansão do ensino privado se deu sem preocupação com a qualidade, há a possibilidade dessas vagas “estatizadas” serem oferecidas em cursos de péssima qualidade.

Reorientar o debate

A reforma que almejamos deve ter como princípio norteador a recuperação e a valorização da educação superior pública, gratuita e sua reafirmação enquanto elemento estratégico fundante de um novo modelo de desenvolvimento. No Brasil, são as universidades públicas as principais responsáveis pela produção científica; seu enfraquecimento compromete a possibilidade de realizarmos um projeto de nação soberano.

A universidade brasileira clama por uma reforma que a reafirme como instituição social livre da pressão dos valores de mercado, promovendo a recuperação de sua infra-estrutura e valorização do trabalho docente e técnico-administrativo. A reforma deve afirmar a educação como direito de todos, garantindo a ampliação de vagas públicas e assegurando a permanência dos que ingressam na universidade com políticas de assistência estudantil.

No entanto, uma reforma assim não será possível sem o aumento expressivo do investimento estatal na educação pública. Somente a inversão de prioridades no orçamento e a mudança da atual política econômica poderão garantir os interesses da maioria do povo brasileiro. Não é possível seguirmos com uma política de ajuste fiscal que condena a educação pública à inanição para atender às exigências dos organismos financeiros internacionais.

O compromisso de um governo com seu povo se mede pela valorização e ampliação dos direitos sociais e dos investimentos públicos. Até aqui, o governo Lula está aquém, e muito, das expectativas que suscitou. Se nessa reforma da Universidade prevalecerem, outra vez, os valores do mercado e a subordinação à ditadura dos ajustes fiscais, estaremos dando um passo, irremediável talvez, na vitória do medo sobre a esperança.

Número de vagas para Graduação oferecidas nas instituições de ensino superior brasileiras

Ano	Total	Privado	Porcentagem Privado	Público	Porcentagem Público
1994	574.135	177.453	30,9	396.682	69,1
1998	803.919	214.241	26,6	589.678	73,4
2002	1.773.087	295.354	16,7	1.477.733	83,3

Fonte: MEC/INEP/DAES

Em 8 anos, foram criadas 117.901 novas vagas em instituições públicas, um crescimento de 66%. Já nas instituições privadas, o aumento foi de 1.081.051, ou 272%, no mesmo período.

***Vinicius Wu é diretor de relações internacionais da União Nacional dos Estudantes**

Compartilhe nas redes: